

# Coleção de Obras Raras da Biblioteca do Supremo Tribunal Federal: histórico, avaliação e definição de critérios de raridade

Monica Valéria Macedo Fischer  
Lucylene Valério Rocha

Apresenta a coleção de obras raras da Biblioteca do Supremo Tribunal Federal, destacando sua origem e formação, características físicas, preocupação com a conservação, restauração, preservação e divulgação das obras. Traz histórico dos estudos realizados para avaliar a coleção e para o estabelecimento de critérios de raridade além das ações implementadas para a divulgação e manutenção deste acervo.

**Palavras-chave:** Obra rara. Preservação de acervos. Critério de raridade. Livro raro – Disseminação.

## The Rare Book Collection of the Brazilian Supreme Court Library: history, evaluation and establishment of criteria for defining rarity

Discusses the collection of rare books in the Library of the Brazilian Supreme Court, highlighting the collection's background, development and physical characteristics. Describes conservation, restoration, preservation and collection maintenance efforts. Examines the dissemination of information about the collection and the measures employed to maintain it. Reviews the history of the studies used to evaluate the collection and to establish criteria for designating a book as rare.

**Keywords:** Rare books. Preservation. Criteria of rarity. Rare book collections – dissemination of information.

Monica Valéria Macedo Fischer

Bacharel em Biblioteconomia (UnB) e Administração de Empresas (PUC-Campinas/SP), Especialização: Pós-Graduação Lato Sensu em Direito Administrativo com Ênfase em Gestão Estratégica (Faculdade Albert Einstein). Trabalha na Seção de Processamento Bibliográfico na Biblioteca do Supremo Tribunal Federal.

[monicav@stf.jus.br](mailto:monicav@stf.jus.br)

Lucylene Valério Rocha

Mestre em Ciência da Informação (UnB).

Coordenadora da Biblioteca do Supremo Tribunal Federal.

[lucylene@stf.jus.br](mailto:lucylene@stf.jus.br)

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho refere-se à coleção de obras raras da Biblioteca Ministro Victor Nunes Leal, do Supremo Tribunal Federal (STF). Apresenta a síntese dos diversos estudos realizados nesta coleção desde o ano de 1998 até 2015, cada um com propósito específico. Algumas análises buscaram identificar as características físicas dos documentos, outras pautaram suas investigações nas condições climáticas e de armazenamento do acervo raro, o diagnóstico acerca do estado de conservação da coleção de obras raras também foi realizado, assim como outro estudo estabeleceu os critérios de raridade específicos para essa coleção e para obras raras no STF e também a indicação do valor monetário dos livros. No entanto, o que esses estudos tinham em comum era a proposta de identificar as particularidades de cada obra rara, no contexto da instituição STF, para que a partir dos resultados revelados, fosse possível adotar os procedimentos necessários para gerenciar e preservar esse rico acervo e desenvolvê-lo, quando outros livros do acervo se enquadrassem nas características identificadas.

A preocupação com as obras raras sempre pautou a agenda da direção da Biblioteca, tanto é que ao longo do tempo diversas ações foram empreendidas visando garantir sua conservação e preservação, bem como, permitir o acesso ao público a esse importante acervo.

## 2 Acervo raro e biblioteca jurídica

Entender o que é um acervo raro não é uma tarefa fácil. Sabe-se que o livro raro é aquele difícil de encontrar, invulgar, diferente do livro comum. A palavra “raro” significa também algo valioso ou precioso e, a partir dessa conceituação, pode-se dizer que uma obra rara seria, então, qualquer publicação incomum e com um valor econômico maior do que os livros disponíveis no mercado, possuidora de características especiais quanto à sua forma, materiais utilizados, qualidade estética, seu conteúdo e, também, a importância para a instituição à qual pertence.

Na opinião de Moraes (2005) um livro não é valioso apenas porque é antigo ou raro. Segundo o autor, o que torna o livro valioso é a procura por ele, o que faz com que um livro seja procurado é o fato dele ser desejado por muita gente e o que o torna desejado é um conjunto de fatores, de particularidades inerentes a cada obra. Descobrir quais são esses fatores e essas particularidades é fundamental para determinar a raridade/valor de um acervo.

Pinheiro (2011) afirma que a noção de raridade envolve tantos valores e circunstâncias, que é necessário formalizar uma metodologia para organizar esse

conhecimento que deve considerar diversas perspectivas, tais como a instituição detentora do acervo, o curador da coleção e, também, o usuário.

Para Le Goff (2003), a importância dos documentos está diretamente relacionada à sua influência no contexto cultural e social, pois a sociedade, ao mesmo tempo em que necessita dos documentos para salvaguardar sua história, também valida e decreta a importância de tais documentos, estabelecendo assim um dualismo em que o valor é diretamente imposto pela sociedade e do qual ela também necessita.

As obras raras são merecedoras de cuidados especiais por fazerem parte do patrimônio histórico-cultural da instituição, mas igualmente do e para o país, e sua preservação é, também, a preservação da história da humanidade. Tais obras necessitam de um tratamento diferenciado, em razão da dificuldade de se obter exemplares, naturalmente, ou não seriam consideradas raras/valiosas.

Nessa segunda década do século XXI, no Brasil, apesar de ter aumentado a consciência da importância da preservação de acervos e documentos, não há uma política específica que padronize o tratamento necessário aos acervos raros, mas apenas as orientações da Biblioteca Nacional (BN). Cada instituição, particularmente, elabora seus próprios procedimentos e critérios, muitas vezes baseados em experiências de outras instituições e da própria BN. É importante destacar que a atribuição de critérios de raridade é relevante para distinguir as obras valiosas ou raras das demais e que nessa análise devem ser consideradas as particularidades de cada obra, do acervo como um todo e os objetivos e metas da instituição onde a coleção está inserida.

Segundo Pinheiro (1989), na elaboração de uma metodologia para o estabelecimento de critérios de raridade bibliográfica devem ser levados em conta: o limite histórico, os aspectos bibliológicos, ou seja, a composição material do livro, o valor cultural, a pesquisa bibliográfica e as características do exemplar. Os dois primeiros aspectos abarcam todo o material que em geral é considerado raro; já nos outros, aparecem peculiaridades que dependerão de análise detalhada para uma correta indicação de raridade.

No limite histórico deve-se, por meio da idade cronológica, levar em conta a aparição da imprensa nos diversos lugares do mundo, bem como os períodos que caracterizam a produção artesanal de impressos.

Pinheiro (1989) lembra que o limite histórico é demarcado pelas principais datas da produção artesanal do livro, do século XV até antes de 1801 e, no Brasil especificamente, do século XIX, quando foram realizadas as primeiras impressões,

devido à criação da Impressão Régia. Em relação aos aspectos bibliológicos deve-se observar toda a composição do livro: papel, encadernação, iconografia, enfim, sua materialidade.

Uma iniciativa de fundamental relevância para o estudo de acervos raros foi a criação do Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras – PLANOR<sup>1</sup>, pela Biblioteca Nacional, por meio da Portaria n. 19, de 31 de outubro de 1983, que tem como objetivos: identificar, coletar, reunir e disseminar por meio da Fundação Biblioteca Nacional informações sobre acervos raros existentes no Brasil; fornecer orientações sobre procedimentos técnicos na identificação, organização, tratamento técnico e gestão desse patrimônio, conforme normas adotadas pela Fundação Biblioteca Nacional; e prestar assessoria técnica a outras instituições com a finalidade de orientar quanto à organização e preservação de acervos raros existentes no País, além de desenvolver programas de formação e aperfeiçoamento de mão de obra especializada.

O PLANOR passou a ser um instrumento muito utilizado pelas instituições que buscam conhecer, gerenciar e preservar seus acervos raros, incluindo nesse universo as bibliotecas jurídicas que possuem, em seus acervos, obras que tratam da história da justiça do País, bem como da organização judiciária.

No caso da Biblioteca do STF, tanto no acervo geral, na coleção institucional, como na coleção de obras raras encontram-se títulos de autoria dos ministros da Casa ou sobre eles, edições das primeiras Constituições, leis do Império, além de obras de juristas e personalidades com destacada atuação e produção intelectual. A própria natureza desses documentos sugere uma atenção especial quanto à preservação do seu conteúdo informacional. Por essa razão, a Biblioteca empenha-se continuamente em estudar e conservar essas obras a fim de divulgá-las e disponibilizá-las aos usuários.

Segundo Miranda (2003) as bibliotecas jurídicas assumem um importante papel de aglutinadoras de conhecimento para a promoção de serviços especializados. Neste sentido, objetivam disseminar a informação jurídica, especialmente na esfera de suas instituições mantenedoras, com o intuito de subsidiar as decisões processuais em fluxo, como também auxiliar os juristas no cumprimento da justiça. Para Miranda (2003) as bibliotecas jurídicas devem estar organizadas para atender as necessidades específicas da sua clientela e, para isso, devem possuir um bom planejamento no

---

<sup>1</sup> Informações obtidas na página do PLANOR. Plano Nacional de Recuperação de Obras raras. Disponível em: <<http://planorweb.bn.br/planor.html>>. Acesso em 12 nov. 2015.

desenvolvimento de suas coleções, com a finalidade de terem seus acervos sempre adequados.

As coleções de obras raras das bibliotecas jurídicas exercem um papel importante na preservação da memória de suas instituições, bem como representam o patrimônio histórico e cultural da humanidade. Além disso, o acervo raro também contribui para embasamento teórico de ministros, advogados e pesquisadores que buscam informação e fundamentos em obras antigas e históricas.

### 3 Biblioteca do STF e a Coleção de obras raras

A origem da Biblioteca do Supremo Tribunal Federal remonta à data de instalação do órgão, em 1891. O primeiro *Regimento Interno* do STF, desse mesmo ano, faz menção aos serviços da Biblioteca nos artigos 128, § 18, e 142, III (p. 203 e 206). Nos regimentos que se seguiram e no regimento vigente em 2015 a Biblioteca continua sendo citada. Em 1912 foi registrado o primeiro livro do acervo. Tratava-se da obra de Laurent, *Avant Projet de Révision du Code Civil*, de 1882, doada pela família do Ministro Piza e Almeida<sup>2</sup>.

O primeiro catálogo da Biblioteca, editado em 1931, registrava um acervo de 3.864 obras. Em 1963, a Biblioteca do STF contava com 22.800 volumes.

Em seus 124 anos de existência a Biblioteca do STF acompanhou o progresso das tecnologias de informação e de comunicação, que propiciaram a informatização dos procedimentos de tratamento documental das atividades técnicas e gerenciais. Seu compromisso é atender com excelência e fornecer produtos e serviços com qualidade e eficiência.

Pela sua trajetória, é possível dizer que a história da Biblioteca acompanha a do STF. Como centro de informação jurídica, constitui importante instrumento para a formulação das decisões judiciais proferidas no âmbito da Corte, na medida em que proporciona amplo acesso a rico material de estudo e permite a reflexão aprofundada dos temas submetidos à análise dos ministros da Corte.

De acordo com o inventário realizado em 2014, o acervo da biblioteca contava com aproximadamente 100 mil obras, distribuídas entre várias coleções, dentre elas a de obras raras com cerca de 2.100 títulos. Com relação a essa coleção, o Boletim da Biblioteca de 1962 (1962, p. 39) menciona sua existência e também o Regulamento Interno de Biblioteca de 1997. No entanto, não há formalmente um marco da

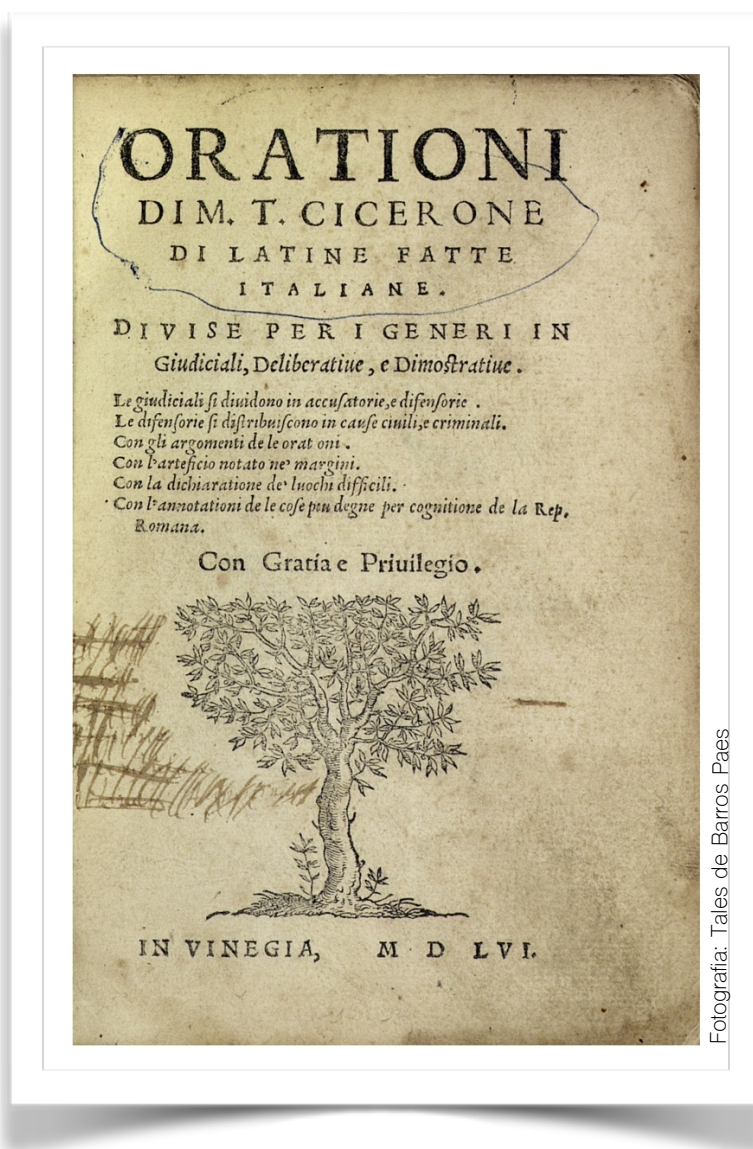
---

<sup>2</sup> Joaquim de Toledo Piza e Almeida: Ministro do STF no período de 1891 a 1908. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stf&id=119>>. Acesso em: 11 nov. 2015.

composição inicial dessa coleção. Observa-se que esse acervo foi se desenvolvendo gradativamente e, na medida em que o acervo geral se expandia, havia também acréscimos na coleção de obras raras.

A coleção de obras raras do STF é constituída tanto por obras do acervo geral quanto obras pertencentes às coleções especiais formada pelos acervos particulares dos juristas Levi Carneiro, e Pontes de Miranda e dos Ministros Piza e Almeida, Décio Miranda e Hahnemann Guimarães. O acervo da coleção especial Levi Carneiro, Pontes de Miranda e Hahnemann Guimarães estão localizadas fisicamente em espaço separado para facilitar o acesso e a pesquisa e são de acesso livre. Já a coleção dos Ministros Piza e Almeida Décio Miranda fazem parte do acervo geral da Biblioteca de acesso livre também. Essas coleções possuem obras impressas entre os séculos XVI e XX, muitas delas escritas em latim e que se destacam pela beleza tipográfica, entre outras peculiaridades. A maioria dos títulos é da área de direito, mas é possível encontrar também livros sobre religião, política, literatura, e outras áreas do conhecimento humano.

A obra rara mais antiga é datada de 1556, intitulada *Orationi*, de Cícero, trata-se de uma coleção de discursos políticos, onde o autor critica o governo corrupto de Verres, defendendo as reivindicações populares. Marcus Tullius Cícero, considerado uma das mentes mais notáveis da Roma Antiga, foi político, orador, escritor, eleito edil, pretor, posteriormente cônsul e, no auge da sua carreira, foi aclamado como salvador da república oligárquica. Por estas características, *Orationi* recebe a classificação de rara também em outras bibliotecas que a possuem.

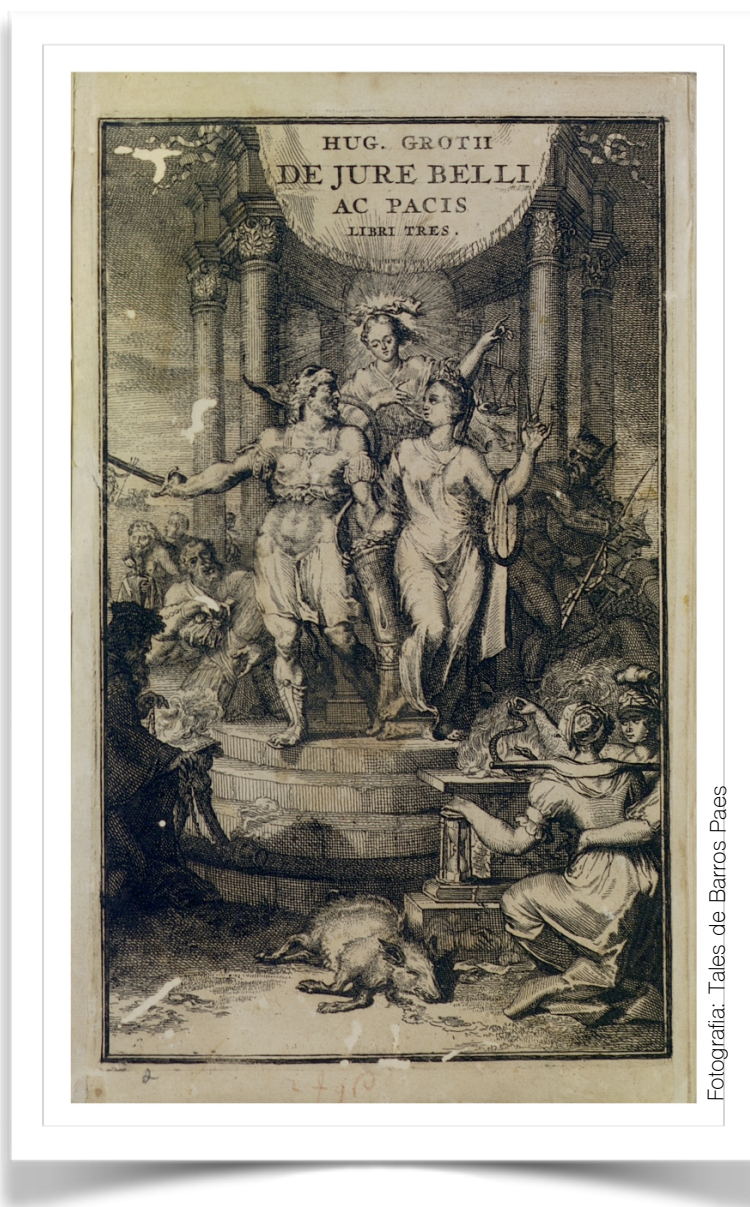


Fotografia: Tales de Barros Paes



Na coleção, encontra-se o primeiro livro registrado na biblioteca, doado pela família do Ministro Piza e Almeida, mencionado anteriormente: *Avant Projet de Révision du Code Civil*, de 1882, obra em seis volumes. Outras importantes publicações presentes nesse acervo são as *Ordenações, e leys do Reyno de Portugal, confirmadas, e estabelecidas pelo senhor Rey D. João IV*, datadas de 1747, composta por cinco volumes, que compilam as leis vigentes em Portugal e no Brasil, instituídas no reinado de Felipe II da Espanha e publicadas por Felipe III. O primeiro volume contém os regimentos dos magistrados e oficiais de justiça. Ao segundo adicionaram-se as isenções e privilégios concedidos ao clero. No terceiro, inseriu-se a nova ordem do processo civil. Essas leis tiveram vigência no Brasil até o fim de 1916, quando começou a vigorar o Código Civil.

Muitos títulos dessa coleção estão relacionados na publicação: *Diccionario bibliographico brasileiro* de Augusto Sacramento Blake, considerada a melhor bibliografia de autores brasileiros do período colonial até o século XIX, onde se menciona a raridade de alguns desses títulos. Todas as características mencionadas referentes a essas obras e aos demais títulos da coleção de obras raras, confirmam o valor e a importância delas para o Tribunal e para a sociedade e, por esta razão, manter a integridade física desse acervo é uma prioridade para a Biblioteca.



Fotografia: Tales de Barros Paes

A coleção de obras raras pode ser consultada na própria Biblioteca ou na Biblioteca Digital do STF (<http://www.stf.jus.br/portal/biblioteca/pesquisarBibliotecaDigital.asp>), onde é possível acessar a íntegra de algumas obras.

## 4 Estudos realizados

Nesta seção serão relacionados, em ordem cronológica crescente, os estudos e também as ações realizadas na coleção de obras raras do STF a partir de 1998. Sabe-se que anterior a esta data existiram outras iniciativas de análise desse acervo, contudo, essas iniciativas não foram documentadas.

### 4.1 Avaliação econômica

Em 1998, a Biblioteca do STF contratou o bibliófilo Pedro Corrêa do Lago<sup>3</sup> para efetuar uma análise econômica e financeira do acervo de obras raras, com o objetivo de estabelecer o valor unitário das obras. O produto dessa contratação foi o relatório: *Avaliação das obras raras pertencentes ao acervo da Biblioteca do Supremo Tribunal Federal* com 135 páginas. Nesse estudo, o valor unitário de cada obra rara foi atribuído com base nos preços praticados pelo mercado de livros raros, considerando o estado de conservação da obra. As obras foram listadas em ordem alfabética de autor e título, seguidos do seu valor estimado, expresso em real (moeda), representando uma estimativa do preço que poderia ser obtido por cada título nas principais livrarias especializadas do País.

O avaliador esclareceu na apresentação do relatório que os valores estabelecidos estavam diretamente relacionados à raridade e interesse de cada título, e variavam, consideravelmente, em função do estado de conservação dos documentos, que no caso da coleção de livros raros da Biblioteca do STF, encontrava-se bastante danificada. Em seu trabalho, o autor apresentou algumas fotografias do acervo estudado.

### 4.2 Diagnóstico do acervo

Em 1999 foi realizado o *Diagnóstico do acervo de obras raras, valiosas e especiais da Biblioteca do STF*, por Lucy Aparecida Luccas<sup>4</sup>. O estudo apresentou o

---

<sup>3</sup> Pedro Aranha Corrêa do Lago é um economista, escritor, historiador, editor, curador de arte, colecionador e fotógrafo brasileiro. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Pedro\\_Corr%C3%A3o\\_do\\_Lago](https://pt.wikipedia.org/wiki/Pedro_Corr%C3%A3o_do_Lago)>. Acesso em 12 nov. 2015.

<sup>4</sup> Lucy Aparecida Luccas faz higienização de bibliotecas e arquivos, além de restauração e encadernação de obras raras. Disponível em: <<https://mundobibliotecario.wordpress.com/2008/10/19/conservacao-de-livros/>>. Acesso em 12 nov. 2015.



diagnóstico do estado de conservação da coleção de obras raras, especificando os principais danos sofridos por cada obra. Foi utilizada uma ficha técnica para avaliação individual das obras, descrevendo suas características, estado de conservação, tipos de deterioração, estado da encadernação, e danos sofridos. O trabalho foi apresentado em ordem de data de impressão, em 13 volumes, relacionando a ficha de diagnóstico com a identificação da obra e estado geral, proposta de tratamento e fotografia do documento (capa e folha de rosto). A conclusão apontou que 64% do acervo necessitavam de restauração, 30% de conservação e 6% de higienização, além da necessidade de um controle ambiental rigoroso relativo à climatização, higienização, acondicionamento e manuseio do acervo.

#### **4.3 Climatização e manuseio do acervo**

Cumprindo as recomendações apresentadas no diagnóstico elaborado em 1999, no que diz respeito ao acondicionamento das obras raras, o Plano de Ação da Secretaria do Supremo Tribunal Federal para o ano 2000, aprovado pela Ordem de Serviço nº 24, de 27 de dezembro de 1999, contemplou o projeto de climatização das obras raras da Biblioteca. A ação adotada foi a criação de uma sala reservada para o armazenamento dessa coleção, com temperatura e umidade controladas, onde a variação de temperatura ficaria entre 15 e 23°C e a umidade entre 40 e 65%. No Plano de ação foi aprovada também a aquisição de arquivos deslizantes para colocação desse acervo. As consultas às obras raras seriam realizadas nesta sala, a fim de evitar a exposição das obras a condições climáticas inadequadas.

Foram definidas regras básicas para o manuseio das obras, orientando os usuários sobre a necessidade de utilização de luvas e máscaras descartáveis, explicando que não seria permitido fazer qualquer anotação ou marca no livro, tampouco forçar a lombada e as costuras ao abrir a obra, bem como advertindo sobre a proibição da reprodução dos livros raros. Além dessas ações, o acesso à coleção de obras raras deveria ser feito apenas sob assistência de um servidor do Tribunal.

#### **4.4 Higienização da coleção**

Conforme mencionado no diagnóstico realizado em 1999, o estabelecimento de um programa de conservação do acervo de obras raras deveria efetuar um controle ambiental rigoroso, onde o cuidado com a higienização deveria ser contemplado. Dessa forma, em 2004, uma equipe da Coordenadoria de Memória e Gestão Documental, após receber treinamento específico, iniciou a higienização das obras raras utilizando as técnicas apropriadas para a remoção de toda sujidade apresentada. A partir de 2013 este processo passou a ser supervisionado pela Biblioteca, que solicitou a aquisição de mesa higienizadora, a contratação e treinamento de um

colaborador para desempenhar essa tarefa e a criação da Sala de Higienização. A higienização periódica foi incorporada como rotina das atribuições da Biblioteca, contemplando também as obras do acervo geral, a coleção de periódicos e as obras das coleções especiais.

#### 4.5 Análise da coleção

A iniciativa seguinte ocorreu em 2005 e resultou no relatório intitulado: *Estudo sobre a coleção de obras raras da Biblioteca Ministro Victor Nunes Leal*, com 47 folhas, elaborado por Lillian Januzzi Vilas Boas, bibliotecária do Tribunal. Um dos objetivos desse estudo foi estabelecer os critérios de seleção de obras raras do STF. Foram realizadas visitas técnicas às bibliotecas do Superior Tribunal de Justiça, do Ministério da Justiça e da Universidade de Brasília, buscando identificar as principais diretrizes de trabalho nos acervos raros dessas instituições. Ao final, algumas recomendações foram assinaladas, tais como: a necessidade de uma avaliação do acervo raro do STF com a redefinição dos critérios adotados pelo PLANOR e seguidos pela Biblioteca do STF; qualificação da equipe; implantação de técnicas para conservação, preservação e restauração do acervo e diretrizes para divulgação e utilização do acervo raro. Outros aspectos relevantes foram abordados pela bibliotecária, tais como: a aquisição de novos títulos, o inventário desse acervo, a preocupação com a segurança e o tratamento técnico que deve ser dado ao acervo raro.

#### 4.6 Digitalização e publicação na Biblioteca Digital

Em 2006 a Presidência do Tribunal sugeriu a criação da Biblioteca Digital do STF, que seria inicialmente constituída por três coleções: Obras Completas de Rui Barbosa, Obras de Domínio Público e Obras Raras do acervo da Biblioteca Ministro Victor Nunes Leal.

Para dar início ao processo de conversão digital das obras, duas bibliotecárias realizaram uma avaliação da coleção de obras raras para identificar quais obras estariam em condições físicas de serem digitalizadas e também apenas obras da área temática do direito foram selecionadas. Após um minucioso levantamento, foram selecionados, inicialmente, 100 títulos da coleção para serem digitalizados e publicados na Biblioteca Digital.

Em 2010 foi adquirido o scanner planetário Copibook HD I2S para digitalização de obras raras e material bibliográfico em dimensões maiores, com o objetivo de aumentar a qualidade da captura de imagens e ampliar o volume de produção. A digitalização de obras raras e publicação na Biblioteca Digital é uma atividade contínua, sendo feita com o intuito de promover a coleção e dinamizar o acesso. Os critérios

para a seleção dos títulos prioritários estão relacionados ao ano de publicação da obra e à demanda de usuários, mas a intenção é digitalizar todo o acervo.

#### 4.7 Estudo de conservação e restauração

Em 2012 a Seção de Restauração e Preservação da Memória Documental, vinculada a Coordenadoria de Memória e Gestão Documental, do Tribunal, fez um levantamento do aspecto físico das obras raras da Biblioteca com o objetivo de indicar e priorizar as obras a serem restauradas. O acervo foi classificado em três categorias e foram utilizadas filipetas com uma sinalização específica para cada situação: livros em estado ruim a péssimo recebiam filipetas vermelhas, livros em estado mediano eram marcados com filipetas amarelas e livros em bom estado recebiam filipetas verdes. A sinalização adotada passou a nortear a Biblioteca na escolha do material a ser enviado ao Laboratório que o STF possui e que é responsável pelo restauro não apenas de livros, mas de processos antigos, entre outras atribuições, pois as obras com filipetas vermelhas seriam encaminhadas para restauração em prioridade em relação às demais. Nesse estudo verificaram-se também os aspectos relacionados à incidência de luz, os poluentes provenientes do ar-condicionado e a acomodação do material nas estantes.

#### 4.8 Definição de critérios de raridade

Em complemento ao estudo feito em 2005, a Biblioteca propôs a contratação de uma empresa para estabelecer os critérios das obras raras do Tribunal. Com isso, em 2013, foi contratada a empresa de consultoria QRT, de São Paulo, que realizou a análise do acervo de obras raras, para a definição dos critérios de raridade a serem adotados pela Biblioteca do STF. Nesta ocasião, foi criada uma comissão constituída por bibliotecárias do Tribunal para acompanhar o trabalho da empresa.

Como resultado do trabalho, desenvolvido no período de janeiro a junho de 2013, a empresa apresentou um relatório com a definição dos critérios de raridade específicos para a coleção de obras raras da Biblioteca do STF, totalizando 2.701 itens. Por meio de pesquisa bibliográfica em fontes oficiais e na literatura sobre o tema, foi possível realizar uma análise histórica e cultural de todo acervo. Uma particularidade deste acervo é que algumas obras são encadernadas juntas. Nestes casos, decidiu-se respeitar e manter as obras com essa característica, mas cada uma delas foi analisada individualmente e relacionada ao título da primeira obra da encadernação.

Então, para cada obra, foi elaborada uma ficha técnica para registrar as seguintes informações: referência bibliográfica da obra; código de barras; classificação de obra rara; critérios de raridade observados; valor cultural da obra, justificando a

raridade do documento, bem como descrevendo sua contextualização histórica; dados biográficos do autor; e as fontes bibliográficas consultadas.

Com base nos critérios estabelecidos pelo PLANOR e a partir da análise das particularidades do acervo de obras raras da Biblioteca foram definidos 35 critérios de raridade específicos para o Tribunal, que devem ser considerados para classificação do acervo raro. É importante salientar que além dos critérios do PLANOR outros critérios foram definidos considerando a missão do Supremo e as singularidades da instituição. No momento da análise da obra um ou mais critérios devem ser identificados para que esta seja classificada como obra rara. Essa demanda tem relação com análises futuras do acervo e que podem identificar outros títulos e livros que poderiam ser remanejados para a coleção de obras rara. Foram definidos, então, os seguintes critérios:

- 1- obras das áreas política e jurídica, assinados ou rubricados pelo autor, ilustrador ou editor, desde que seja conceituado e consagrado na área de atuação;
- 2- obras de autoria de ministros do Supremo Tribunal Federal;
- 3- obras de coleções especiais que são compostas pelos acervos particulares dos célebres juristas brasileiros Pontes de Miranda, Hahnemann Guimarães e Levi Carneiro.
- 4- obras sobre assuntos relacionados ao Supremo Tribunal Federal e os seus membros;
- 5- constituição: obras de importância para o Supremo Tribunal Federal por este ser guardião da constituição;
- 6- obras que apareçam em fontes de informação como sendo raras;
- 7- incunábulo-primeiras obras publicadas nos séculos XV e XVI, a partir do surgimento da imprensa com tipos móveis;
- 8- manuscritos anteriores à produção tipográfica;
- 9- obras publicadas do século XV até o ano de 1801, período que compreende o início da tipografia artesanal, até a produção industrial do livro;
- 10- obras produzidas na fase inicial da imprensa em qualquer país e no Brasil;
- 11- obras impressas no século XIX;
- 12- obras que completam um século de publicação;
- 13- teses defendidas até o final do século XIX;
- 14- marcas de propriedade: ex-libris, super-libris, marcas de fogo;

- 15- marcas de artífices ou comerciantes conceituados e consagrados no mercado livreiro, tais como encadernadores, restauradores, etc.;
- 16- autógrafos, revisões ou anotações importantes feitas pelo próprio autor;
- 17- assinaturas ou dedicatórias de personalidades famosas e/ou importantes;
- 18- obras de autoria de personalidades famosas e/ou importantes para a época;
- 19- anotações e assinaturas da época, mesmo não identificadas;
- 20- beleza tipográfica de obras artísticas;
- 21- natureza e características dos suportes utilizados na impressão, como papel de linho, pergaminho, marcas d'água, tintas;
- 22- ilustrações reproduzidas por métodos não-fotomecânicos, tais como xilogravuras, água-forte, aquarela;
- 23- edições limitadas, personalizadas e numeradas;
- 24- edições especiais de luxo;
- 25- edições fac-similares;
- 26- assuntos tratados à luz da época em que foram pensados e escritos, tais como obras científicas que datam do período inicial da ciência tratada, história de descobrimentos e colonizações, memórias históricas de famílias nobres e usos e costumes;
- 27- obras impressas em circunstâncias pouco convenientes, tais como períodos de guerra;
- 28- edições clandestinas, censuradas, proibidas ou confiscadas;
- 29- obras "desaparecidas";
- 30- edições contrafeitas e emissões;
- 31- erros tipográficos na edição;
- 32- edições *princeps*, primitivas e originais;
- 33- impressões de tipógrafos, impressores, editores, gravadores, desenhistas ou pintores conceituados;
- 34- documentos da época, anexos à obra, referentes ao assunto e/ou autor;
- 35- obras escritas em idioma que não possui falantes nativos, mas que possui gramática e vocabulário conhecido e está registrado em documentos escritos;

36- obras que fazem parte da história jurídica e/ou legislativa do Brasil, constituindo-se das primeiras iniciativas de normatização das relações advindas da convivência em sociedade;

37- obras que tratam da administração da justiça e organização judiciária.\*<sup>5</sup>

#### 4.9 Divulgação e preservação

A partir da criação dos critérios de raridade específicos para o acervo da Biblioteca do STF foi possível analisar as coleções que formam o acervo, visando detectar a existência de títulos que possuam critérios suficientes para serem classificados como raros.

Para realizar esta análise foi criado em 2013 o grupo de trabalho denominado GT Obras Raras formado por seis bibliotecárias com, no mínimo, uma representante de cada uma das seções da Biblioteca. O grupo traçou os seguintes objetivos: a) Avaliar a raridade das obras do acervo geral, das Coleções de leis do Brasil e de periódicos antigos como *O Direito*, *Arquivo Judiciário*, que são repositórios tradicionais, que publicavam a jurisprudência do STF, observando também os critérios estabelecidos pela empresa QRT; b) Avaliar a permanência, no acervo de Obras Raras, de títulos que possuem vários exemplares e de títulos que não possuem critérios suficientes de raridade; c) Selecionar títulos para a confecção do Catálogo de Obras Raras do STF; d) Selecionar as obras raras que deveriam ser encaminhadas para restauração.

Como resultado inicial, foram analisadas 57 obras raras indicadas pela empresa de consultoria QRT como obras que não possuíam critérios de raridade suficientes para continuarem naquele acervo. Algumas delas foram remanejadas para o acervo geral, outras permaneceram como obras raras por decisão do GT. Além disso, foram analisados títulos do acervo geral que tratavam da organização judiciária ou que faziam parte da história jurídica e legislativa do Brasil e que pela relevância para o Tribunal, foram considerados raros e incluídos na coleção de obras raras. Com isso, o GT estabeleceu mais dois critérios de raridade (itens 36 e 37) e esta análise do acervo passou a ser outra atividade incorporada às da Biblioteca, para verificação tanto da necessidade de adequação dos critérios de raridade existentes, quanto das próprias obras e de sua mudança para a coleção de obras raras.

O GT Obras Raras também promoveu uma discussão sobre o processo de restauração realizado no Tribunal e a questão da manutenção da originalidade da encadernação da obra. Dessas discussões, foi elaborado um formulário para

---

<sup>5</sup> Os itens 36 e 37 são critérios criados pelo Grupo de Trabalho – GT Obras Raras, instituído informalmente na Coordenadoria de Biblioteca a partir da contratação da QRT, em 2013, para acompanhar o trabalho e, posteriormente, gerenciar a coleção de obras raras do STF.



acompanhar a obra a ser enviada para o Laboratório onde um dos campos apresenta os critérios de raridade a serem observados pelo restaurador antes de iniciar a intervenção na obra.

Com relação à divulgação desse rico acervo, a Biblioteca apresentou a proposta de elaboração do catálogo de obras raras. O grupo passou a definir alguns critérios para a seleção dos títulos, sendo o principal deles a exclusividade da obra no acervo da Rede Virtual de Bibliotecas – RVBI, da qual a Biblioteca do STF participa, para evitar a repetição de obras que já constam em catálogos de outras bibliotecas. Os títulos indicados por pesquisadores e usuários da Biblioteca como sendo obras de valor histórico/cultural também foram selecionados, destacando, ainda, as obras datadas entre o período de 1500 e 1800 que, em virtude da antiguidade, serão incluídas no catálogo. O projeto gráfico do catálogo está sendo elaborado pela Coordenadoria de Divulgação de Jurisprudência e a previsão de publicação é para o primeiro semestre de 2016.

## 5 Estudos em andamento

Além das atividades já mencionadas no capítulo anterior, o GT Obras Raras, juntamente com a Seção de Restauração e Preservação da Memória Documental, discutiram técnicas de conservação e alternativas para melhorar o armazenamento dos livros mais danificados na estante. Essa preocupação surgiu em virtude da quantidade de obras que não têm prioridade de restauração, mas que possuem capas e folhas soltas. Para evitar que alguma parte desses documentos se perca, estavam sendo amarradas com cadarço de algodão. Após algumas visitas a outras instituições e testes com materiais específicos para o acondicionamento de obras raras, a solução encontrada foi envolver os livros em jaquetas de poliéster para substituir o cadarço, permitir o manuseio, manter a integridade física e reunir todas as partes do documento.

A equipe da biblioteca recebeu treinamento dos restauradores e passou a confeccionar as jaquetas em poliéster, atividade que continua sendo realizada. Pela eficiência no resultado, a confecção das jaquetas foi definida como uma das metas da Coordenadoria de Biblioteca para 2015.

## 6 Considerações finais

Os estudos e análises realizados na coleção de obras raras do STF possibilitaram o conhecimento e identificação das características físicas desse acervo. A partir desses estudos a Biblioteca conheceu o valor histórico e monetário das obras, bem como as técnicas de conservação e preservação que deveriam ser adotadas. Por meio dos critérios de raridade estabelecidos especificamente para esta coleção, a Biblioteca do STF teve condições de avaliar e identificar outras obras do acervo geral

que também se enquadravam nos critérios, além de adotar procedimentos para disseminar e divulgar as obras raras.

Ressalta-se que os acervos raros fazem parte do patrimônio histórico/cultural de um país, os documentos e os livros estão associados ao registro de momentos, de pensamentos, e permitem que idéias e conhecimentos sejam compartilhados por meio da sua leitura, construindo e contribuindo para a preservação da memória coletiva e individual. Nesse sentido, devem receber um tratamento diferenciado para que não venham a desaparecer, o que seria um prejuízo cultural para a humanidade.

Por fim, pretende-se, com este trabalho, despertar uma reflexão sobre a necessidade das instituições que possuem acervos raros, para que se mobilizem no sentido de identificar esses acervos, preservá-los, definir os critérios de raridade, e divulgá-los para a sociedade. Uma das alternativas para a divulgação é a edição de um catálogo de obras raras nos formatos impresso e digital. Ressaltando que a versão eletrônica permite o acesso irrestrito ao acervo raro das instituições, uma vez que a função do catálogo é reunir, arrolar, dar acesso e facilitar a busca e recuperação dos títulos da coleção. É também um instrumento de salvaguarda e um recurso de segurança que estabelece um ponto de partida para projetos futuros com dados quantitativos e qualitativos do acervo.

## 7 Referências

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria da Cultura. Portaria nº 19, de 31 de outubro de 1983. Cria o Plano Nacional de Restauração de Obras Raras. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, v.121, n.213, p.18744, 7 nov. 1983. Seção 1.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Coordenadoria de Biblioteca. Seção de Processamento Bibliográfico. **Estudo de obras raras da Biblioteca Ministro Victor Nunes Leal**. Brasília, 2007. 47 f. Compilado pela servidora Lílian Januzzi Villas Boas.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Boletim da Biblioteca**. Brasília, 1962.

\_\_\_\_\_. Regimento Interno. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/biblioteca/RegimentoInterno/RI1891/1891.pdf>>. Acesso em: 1 set. 2014.

\_\_\_\_\_. Regulamento Interno da Biblioteca. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/ARQUIVO/NORMA/RESOLUCAO156.PDF>>. Acesso em: 12 nov. 2015.

\_\_\_\_\_. Ordem de Serviço. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/ARQUIVO/NORMA/ORDEMDESERVICO024-1999.PDF>>. Acesso em 26 ago. 2015.

LAGO, Pedro Corrêa do. **Avaliação das obras raras pertencentes ao acervo da Biblioteca do Supremo Tribunal Federal**. São Paulo, [1998?]. 135 f.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5.ed. Campinas: UNICAMP, 2003.

LUCCAS, Lucy Aparecida. **Diagnóstico do acervo de obras raras, valiosas e especiais da Biblioteca do Supremo Tribunal Federal**. São Paulo, 6 v. em 13.

MIRANDA, Ana Cláudia Carvalho de. A qualidade enquanto instrumento na política de desenvolvimento de coleções jurídicas. In: CIBERÉTICA, 2., 2003, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: [s.n.], 2003. Disponível em: <<http://www.ciberetica.org.br/trabalhos/anais/7-13-e1-13.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

MORAES, Rubens Borba de. **O bibliófilo aprendiz**. 4.ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2005. 207p.

PINHEIRO, Ana Virgínia. **Livro raro: formação e gestão de coleções bibliográficas especiais**. Brasília: 2011. 32f. Apostila de curso.

\_\_\_\_\_. **Que é livro raro?: uma metodologia para o estabelecimento de critérios de raridade bibliográfica**. Rio de Janeiro: Presença, 1989.

QRT Consultoria. **Relatório para definição de critérios de raridade da coleção de obras raras da “Biblioteca Ministro Victor Nunes Leal” do Supremo Tribunal Federal**. Brasília, 2013. 6 v. em 13.

RODRIGUES, Márcia Carvalho. **Como definir e identificar obras raras? : critérios adotados pela Biblioteca Central da Universidade de Caxias do Sul**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v35n1/v35n1a12.pdf>. Acesso em 16 set. 2015.

Recebido em: 27/11/2015

Aceito para publicação em: 11/12/2015

#### Como citar este artigo:

FISCHER, Monica Valéria Macedo; ROCHA, Lucylene Valério. Coleção de Obras Raras da Biblioteca do Supremo Tribunal Federal: histórico, avaliação e definição de critérios de raridade. *Cadernos de Informação Jurídica*, Brasília, v.2, n.2, p. 70-86, jul./dez. 2015. Disponível em: <<http://www.cajur.com.br>>